

## A ESCUTA COMO PRÁTICA DO JORNALISMO ALINHADO AO BEM-VIVER NA/SOBRE AMAZÔNIA

*LISTENING AS A JOURNALISTIC PRACTICE ALIGNED WITH BUEN VIVIR IN/ABOUT THE AMAZON*

*LA ESCUCHA COMO PRÁCTICA DEL PERIODISMO ALINEADO CON EL BUEN VIVIR EN/SOBRE LA AMAZONÍA*

*Original recebido em: 21 de março de 2025*

*Aceito para publicação em: 26 de maio de 2025*

*Publicado em: 24 de setembro de 2025*

Rosane Steinbrenner  
Laiza Mangas  
Pedro Bragança

### RESUMO

Este artigo investiga a abordagem de diferentes modelos jornalísticos sobre eventos climáticos extremos, nesse caso, a seca na Amazônia, intensificada pelo desmatamento e mudanças climáticas (Zogahib *et al.*, 2024). Ao adotar a escuta jornalística como critério analítico, baseado na Comunicação para o Bem-Viver (Baspineiro, 2014), a pesquisa aponta a ausência de vozes amazônidas e um tom alarmista nos textos da Folha de S. Paulo, ligado à mídia comercial, enquanto na mídia alternativa, representada neste estudo pela Amazônia Real, há um acionamento e escuta ativa de indígenas e ribeirinhos, aproximando o jornalismo dos princípios do Bem-Viver. Em vista disso, conceber o jornalismo como prática numa sociedade de risco (Beck, 2010) exige repensar seus métodos de escuta e modos de narrar. Desse modo, argumentamos que o jornalismo alinhado ao Bem-Viver pode contribuir significativamente para a construção de conhecimento e formulação de respostas às crises socioambientais, configurando-se como um elemento central para a descolonização de saberes, mobilização social e mitigação dos impactos sobre as populações vulnerabilizadas.

**Palavras-chave:** Comunicação para o Bem Viver; Jornalismo; Amazônia; Folha de S. Paulo; Amazônia Real.

### ABSTRACT

This article investigates how different journalistic models address extreme climate events, in this case, the drought in the Amazon, intensified by deforestation and climate change (Zogahib *et al.*, 2024). By adopting journalistic listening as an analytical criterion, based on Communication for Buen Vivir (Baspineiro, 2014), the research highlights the absence of Amazonian voices and an alarmist tone in Folha de S. Paulo articles, associated with commercial media. In contrast, the alternative media outlet Amazônia Real, featured in this study, engages in active listening to Indigenous and riverside peoples, aligning journalism with the principles of Buen Vivir. In this sense, conceiving journalism as a practice in a risk society (Beck, 2010) requires rethinking its listening methods and modes of narration. Thus, we argue that journalism aligned with Buen Vivir can significantly contribute to knowledge production and

the formulation of responses to socio-environmental crises, positioning itself as a central element in the decolonization of knowledge, social mobilization, and mitigation of impacts on vulnerable populations.

**Keywords:** Communication for Buen Vivir; Journalism; Amazon; Folha de S. Paulo; Amazônia Real

## RESUMEN

Este artículo investiga el enfoque de diferentes modelos periodísticos sobre eventos climáticos extremos, en este caso, la sequía en la Amazonía, intensificada por la deforestación y el cambio climático (Zogahib et al., 2024). Al adoptar la escucha periodística como criterio analítico, basada en la Comunicación para el Buen Vivir (Baspineiro, 2014), la investigación señala la ausencia de voces amazónicas y un tono alarmista en los textos de Folha de S. Paulo, vinculados a los medios comerciales. En cambio, en los medios alternativos, representados en este estudio por Amazônia Real, hay una activación y escucha activa de pueblos indígenas y ribereños, acercando el periodismo a los principios del Buen Vivir. En este sentido, concebir el periodismo como una práctica en una sociedad del riesgo (Beck, 2010) exige repensar sus métodos de escucha y formas de narrar. Así, argumentamos que el periodismo alineado con el Buen Vivir puede contribuir significativamente a la construcción del conocimiento y a la formulación de respuestas frente a las crisis socioambientales, configurándose como un elemento central para la descolonización de los saberes, la movilización social y la mitigación de los impactos sobre las poblaciones vulnerabilizadas.

**Palabras-clave:** Comunicación para el Buen Vivir; Periodismo; Amazonía; Folha de S. Paulo; Amazônia Real.

## 1. INTRODUÇÃO

Em 2024, o Brasil bateu o recorde de alertas de desastres socioambientais. Foram 3.620 alertas emitidos e 1.690 ocorrências de desastres registradas, maior número desde o início do monitoramento em 2011, segundo dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), unidade de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)<sup>1</sup>. Ainda segundo as informações, no *ranking* dos municípios, Manaus (AM) é a cidade com o maior número de alertas emitidos (50) por conta da seca que atingiu a região. O ano também foi marcado pela enchente no Rio Grande do Sul, que deixou muitas pessoas desabrigadas (Gama, 2025), como resultado de eventos climáticos chamados de “desastres naturais” de forma recorrente em noticiários, expressão considerada imprópria, pois quase todos os desastres apresentam alguma contribuição humana por ação ou omissão (Carvalho e Damacena, 2013).

<sup>1</sup> Ver publicação do portal MCTI, de 10/01/2025, em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/noticias/cemaden-registra-recorde-de-alertas-e-mais-de-1-6-mil-ocorrencias-de-desastre-no-brasil-em-2024>.

A lógica neoliberal e extrativista, que promove a exploração intensiva da natureza e potencializa as mudanças climáticas<sup>2</sup>, é uma das causas diretamente relacionadas aos acontecimentos que causam danos humanos e ambientais. A Amazônia, por exemplo, consolidou-se como fronteira de *commodities* que atende especialmente ao mercado internacional com apoio do Estado, independente de seus impactos socioambientais (Loureiro, 2022), em processos históricos que assombram as populações amazônicas ao verem seus territórios invadidos e seu modo de vida e sobrevivência cultural ameaçados. Portanto, a região configura-se como um território historicamente subordinado à lógica colonial do desenvolvimento, marcado por assimetrias de poder, conflitos socioambientais e disputas epistemológicas sobre o que é progresso e para quem ele serve (Castro, 2018; Porto-Gonçalves, 2012).

Embora a dimensão dos riscos socioambientais seja global, seu impacto direto é localizado, em geral, nas áreas já vulnerabilizadas, tornando-as, muitas vezes, invisíveis globalmente. Contudo, em tempos de sociedade hiperconectada e plataformizada (Van Dijck, 2013), narrativas mediatizadas de eventos locais adquirem o poder de romper tal invisibilidade, desencadeando uma catarse social e novas estruturas sociais imaginadas ganham força diante de um futuro ameaçador (Serraglio e Ferreira, 2018). Nesse sentido, numa sociedade em risco (Beck, 2010) é fundamental considerar o papel da imprensa como mediadora central da dimensão política nacionalmente organizada. Seu poder, embora não exclusivo, é estruturante para o agendamento do debate público, determinando aquilo que será produzido, permitido ou suprimido como acontecimento público mediatizado.

A sociedade de risco, na qual nos encontramos, decorre do modo de produção e reprodução capitalista. Segundo Beck (2010), estamos no processo de transformação da sociedade industrial clássica, marcada pela produção e a distribuição de riquezas, para uma sociedade (industrial) de risco, onde a produção dos riscos domina a lógica da produção de bens. Assim, os riscos da sociedade moderna são racionais, ilimitados — sem possibilidade de atribuição a um indivíduo e sem medição em tempo e espaço — e atingem a todas as classes sociais.

Nesse cenário, buscamos compreender qual o papel do jornalismo diante do desafio de promover um debate público, plural e diverso, capaz de contribuir para uma reflexão crítica ao

---

<sup>2</sup> Publicação recente do Painel Científico para a Amazônia (2024), presidido pelo pesquisador Carlos Nobre, aponta que a Amazônia “está em perigo de ultrapassar um ponto de não retorno, o limiar que sustenta a estabilidade ambiental da floresta, (...) (agravando) os problemas sociais e ambientais na região”.

enfrentamento da lógica colonial e capitalista de uma sociedade em risco. A *práxis*<sup>3</sup> jornalística, segundo o pensamento de Adelmo Genro Filho (1987), se inicia a partir da singularidade, compreendida como um acontecimento social que, ao se manifestar como fenômeno, suscita discussões e mediações (particularidades). Desse modo, a responsabilidade do jornalista reside na exposição da dimensão singular do fato social, objetivando que o processo de recepção da notícia evoque uma experiência conexa ao contato fenomenológico da percepção. Todavia, o pesquisador chama atenção para o conjunto de categorias de mediação predispostas no processo de apropriação deste fato, como política editorial, formas de organização do trabalho, processo industrial e posição política dos jornalistas.

Uma previsão do Farol Jornalismo, para o ano de 2025, mostrou que diante da emergência climática, o enquadramento<sup>4</sup> de acontecimentos deve ser relacionado com as causas e consequências dos efeitos climáticos, mas, principalmente, colaborando com a cultura de prevenção e autoproteção (Loose, 2024). Além disso, é o momento de valorizar os saberes ancestrais, principalmente dos povos indígenas, que há anos desenvolvem práticas baseadas na observação e interação direta com a natureza como, por exemplo, manejo agroflorestal e o uso de técnicas de pesca e roçado que respeitam os ciclos naturais. Seja na política, na ciência ou no jornalismo, o entendimento construído é de que a comunicação popular e as redes comunitárias, de grupos historicamente vulnerabilizados e diretamente afetados pelo modelo predador de desenvolvimento, ocupem os espaços de decisão a respeito das questões climáticas, no sentido não só de comunicar suas propostas, mas, de fato, incidir sobre políticas para salvar o planeta (Rede Wayuri, 2024).

Nessa pesquisa, sob o inegável contexto agravado pelas mudanças climáticas, propomos uma análise comparativa da produção jornalística sob a perspectiva socioambiental, adotando como lente de análise o conceito do “saber escutar” da Comunicação para o Bem- Viver (Baspineiro, 2014). Assim, observamos o direcionamento que a Folha de S. Paulo, como veículo da imprensa comercial, e a agência de notícias Amazônia Real, caracterizada pelo jornalismo independente, adotaram nas suas narrativas ao acionar e inserir, ou não, as vozes que vivenciaram a realidade da seca na Amazônia e, em caso afirmativo, se corroboraram com os discursos que

---

<sup>3</sup> A *práxis* é uma atividade de intervenção no mundo com sentido, produto e causa de um processo reflexivo sobre o fazer e o ser dessa atividade (Pontes, 2017).

<sup>4</sup> Carvalho (2009) explica que o enquadramento aciona quadros de referências responsáveis por salientar certos aspectos da realidade e conferir inteligibilidade ao que é noticiado.

buscam subverter a lógica do colonialismo, caminho determinante para o Bem-Viver em sociedade (Acosta, 2016). Desse modo, compreender o jornalismo na/sobre a Amazônia implica reconhecer que narrar também é disputar sentidos sobre o território, seus modos de vida e seus projetos de futuro, tarefa que exige deslocar o foco das instituições para os sujeitos e adotar práticas comunicacionais éticas, contextualizadas e descolonizadoras. Nessa perspectiva, o estudo busca entender como a imprensa comercial e o jornalismo independente enquadram os acontecimentos climáticos a partir da visibilidade dos sujeitos sociais impactados. Além disso, almeja refletir criticamente sobre o papel da imprensa na percepção de risco da sociedade contemporânea.

## 2. A AMAZÔNIA COMO TERRITÓRIO DE COLONIALIDADE E RESISTÊNCIA

Para compreender a escuta jornalística na Amazônia, é necessário, antes, reconhecer a complexidade desse território, historicamente marcado por disputas materiais e simbólicas. A região não é apenas um espaço geográfico, mas um campo de tensão entre distintos projetos políticos, econômicos e civilizatórios. Neide Gondim (2007) enxerga a Amazônia como um espaço inventado a partir de ideologias, discursos e imaginários construídos pelos europeus. Historicamente, a região foi concebida como uma colônia interna do Brasil, submetida a uma lógica de expropriação que articula dominação material e violência simbólica (Loureiro, 2022).

Essa lógica se intensificou, sobretudo, no século XX, por meio de políticas de integração nacional que impuseram modelos desenvolvimentistas ancorados na exploração intensiva dos bens naturais. Projetos de infraestrutura, mineração e agronegócio foram implementados com apoio estatal, sob o discurso de modernização, mas produziram impactos profundos sobre as territorialidades e os modos de vida dos povos amazônicos (Castro, 2018).

A leitura crítica da região exige, portanto, ultrapassar concepções homogêneas ou funcionalistas. Porto-Gonçalves (2012) propõe pensar em “Amazônias”, no plural, como forma de reconhecer a multiplicidade de experiências socioterritoriais. Para o autor, o território é resultado de práticas e relações historicamente construídas, nas quais os povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e camponeses não podem ser reduzidos à condição de entraves ao progresso. Nesse cenário, o avanço do extrativismo assume feições renovadas. O chamado “neextrativismo”, conforme analisa Edna Castro (2018), traduz uma forma contemporânea de apropriação econômica que, embora atualizada em seus dispositivos, mantém traços coloniais nas estratégias de controle e nas práticas de invisibilização dos sujeitos locais. Esse modelo aprofunda

desigualdades ao selecionar territórios e bens comuns para exploração, frequentemente legitimado por discursos técnicos e midiáticos que obscurecem os conflitos socioambientais em curso.

A partir disso, notamos, na Amazônia, um palco de conflitos socioambientais entendidos como "aqueles ligados ao acesso e ao controle dos bens naturais e do território, que confrontam interesses e valores divergentes por parte dos agentes envolvidos, em um contexto de grande assimetria de poder" (Svampa, 2019, p.46). A cobertura jornalística, muitas vezes, reproduz essa lógica ao enquadrar a região como uma zona de crise ou ameaça. A predominância de fontes institucionais e *expertises* técnicas contribui para a construção de uma narrativa externa e fragmentada, que desconsidera os contextos históricos, culturais e políticos das populações locais. Com isso, a mídia opera um apagamento discursivo que reforça interesses hegemônicos (Loureiro, 2022; Porto-Gonçalves, 2012).

Contudo, a Amazônia é também território de resistência e de produção de sentidos alternativos. As populações que a habitam constroem formas próprias de articulação, denúncia e comunicação, expressando outras racionalidades sobre o território e o viver coletivo. Essas práticas de resistência, denominadas por Maristela Svampa (2019) de giroecoterritorial, apontam para a necessidade de reconhecer o espaço amazônico como lugar de pluralidade epistêmica e de insurgência contra-hegemônica. As mobilizações se baseiam na participação cidadã e em ações coletivas que desafiam os modelos atuais, propondo meios alternativos e contestatários, como o Bem-Viver.

### **3. PARA ALÉM DO DESENVOLVIMENTO: O BEM-VIVER COMO ALTERNATIVA AO JORNALISMO CONTEMPORÂNEO**

O Bem-Viver é uma cosmovisão construída por povos indígenas, que habitavam a Cordilheira dos Andes, e busca uma perspectiva diferente da ocidental, visto que surge de práticas comunitárias e não capitalistas. Assim, rompe com as lógicas antropocêntricas do capitalismo que deverão ser repensadas a partir de posturas sociobiocêntricas, reconhecendo o direito da *Pacha Mama* (Mãe Terra) como sinônimo de natureza e a interconexão entre todos os seres (Acosta, 2016). O conceito emerge no final de 1990, impulsionado pelos movimentos sociais latino-americanos da época, especialmente o movimento indígena contra o neoliberalismo, no final do século XX, pelas ideologias de determinados movimentos globais, como o ambientalismo, e pelo questionamento com a ideia de desenvolvimento (Van Hulst e Beling, 2014).

Para Gudynas (2011), o Bem-Viver contribui na luta contra uma matriz moderna e colonial que, a todo custo, busca o “progresso” por meio de práticas exploratórias da natureza. Na perspectiva comunicacional, Barranquero-Carretero e Sáez-Baeza (2014) a entendem como um processo cultural e espiritual de construção de sentidos que valoriza a convivência intercultural e comunitária, baseada em princípios de reciprocidade, complementaridade e solidariedade, visando um modo de vida em harmonia com a natureza e com os outros. Para complementar as propostas da prática do Bem-Viver, Krenak (2020) pontua a observação, escuta e/ou diálogo, especialmente com os povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Assim, a comunicação para o Bem-Viver, por ser um elo para promover o exercício da palavra e o direito de expressá-la, torna visíveis os processos de diálogos, participação, relação e criação coletiva de discursos e práticas.

Dessa forma, incorporar esse conceito na prática jornalística implica uma transformação na maneira como as histórias são contadas e nas relações que os jornalistas constroem com as comunidades, sendo uma forma de dialogar na promoção de alternativas para a noção hegemônica de desenvolvimento — matriz moderna e colonial que a todo custo busca o “progresso” por meio de práticas exploratórias da natureza — subvertendo a lógica capitalista e excludente. Na Amazônia, palco de conflitos socioambientais, o jornalismo baseado no Bem-Viver pode potencializar vozes das comunidades locais, reconhecendo as lutas e promovendo os saberes e as narrativas comunitárias. O conceito pode ser aplicado para uma prática mais ética, inclusiva e descolonizadora essencial para o contexto amazônico. Ou seja, de um fazer jornalístico que se contraponha à lógica dominante da hierarquização de fontes, a qual prioriza as vozes técnicas e oficiais em detrimento das fontes fulcrais, aqueles diretamente afetados pelos acontecimentos (Steinbrenner *et al.*, 2020). Essa crítica à lógica dominante da comunicação é reforçada pelas reflexões de Ignacio Ramonet (2013), que analisa o papel dos grandes conglomerados midiáticos como atores políticos a serviço de interesses privados. Em sua perspectiva, a concentração dos meios de comunicação forma verdadeiros oligopólios informativos, que não apenas limitam a diversidade de vozes, mas também impõem uma visão de mundo homogênea, ancorada nos valores do mercado, como o consumismo, a competitividade e a despolitização das pautas sociais. Nesse modelo, a mídia deixa de ser mediadora do debate público para se tornar produtora de consensos, silenciando modos de vida dissidentes e subordinando o direito à comunicação às dinâmicas do capital.

Ramonet (2013) propõe, como resposta, o fortalecimento de uma cidadania informativa

crítica, por meio da valorização de mídias alternativas, da educação para a leitura da mídia e da criação de observatórios autônomos. Essa proposta converge com os fundamentos da Comunicação para o Bem-Viver ao reconhecer que o enfrentamento das desigualdades e da crise civilizatória exige a construção de práticas comunicacionais que priorizem a escuta ativa, a pluralidade epistêmica e a participação efetiva dos sujeitos históricos nos processos de produção e circulação da informação.

Baspineiro (2014) propõe quatro formas de abordar a Comunicação para o Bem- Viver: 1) *Saber escutar* corresponde a uma comunicação dialogal e construtiva na observação, interação e escuta; 2) *Saber compartilhar* valoriza a partilha equitativa de recursos e a solidariedade, promovendo a colaboração e o trabalho em conjunto em vez da competição individualista; 3) *Saber viver* em harmonia e complementariedade é uma proposta inclusiva com novas formas e práticas de convivência, que envolve a sociedade, cultura e natureza; 4) *Saber sonhar* propõe caminhos para praticar novas formas de comunicação que respeitem as diferenças e promovam a justiça social.

Dentre essas classificações, entendemos o *saber escutar* como a categoria fundamental a ser aplicada no jornalismo por ter fundamento no diálogo e escuta do outro que, de alguma forma, já fazem parte da rotina jornalística. Nesse caso, a proposta é promover um giroecoterritorial (Svampa, 2019) ao centralizar os atores sociais nas narrativas jornalísticas, saindo da lógica de exclusão. Portanto, considerando a atual crise civilizatória, caracterizada por problemas como aumento de queimadas e a seca nos rios, torna-se imprescindível que essas narrativas dialoguem com as urgências do nosso tempo. Para citar um único exemplo – urgente – da Comunicação para o Viver Bem, tem que saber construir discursos combinando diferentes sentidos, mencionamos o “saber ouvir” os latidos e as demandas da naturalidade pela mudança climática e da sociedade pelos seus efeitos, que são consequência da sua vez em políticas econômicas depredadoras próprias do capitalismo ao extremo (Baspineiro, 2014, p. 28, *tradução nossa*).

O autor menciona que a comunicação deve estar presente nos sujeitos, nas organizações sociais e na sociedade a partir do elo com a natureza, permeando desde meios massivos (imprensa) até redes sociais. Nesse contexto, partimos do pressuposto de que as articulações em redes promovidas pelos grupos sociais já se apropriam de elementos da comunicação para o Bem-Viver, por exemplo, existem 92 organizações de resistência na Amazônia paraense, compostas por povos indígenas e comunidades tradicionais, que utilizam redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *YouTube* para denunciar os conflitos socioambientais da região (Steinbrenner *et al.*,

2021). Por isso, observamos como esses elementos foram aplicados numa perspectiva jornalística em dois vieses: imprensa comercial e alternativa.

#### 4. O “SABER ESCUTAR” COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Toda comunicação se inicia com atos de escuta e se efetiva por meio da capacidade de gerar mensagens no processo permanente de interação — olhando e escutando (Baspineiro, 2014). A categoria do “saber escutar” é desenvolvida pelo autor em dois ambientes ao mesmo tempo: o da ação comunicativa<sup>5</sup>, sendo espaços de compreensão onde as relações são dialogadas e construídas, e o da ação política, que mobiliza os cidadãos, principalmente os vulnerabilizados, por meio do discurso e do exercício da cidadania.

Nesse viés, a ação comunicativa e ação política atuam em quatro perspectivas comunicacionais (Baspineiro, 2014): 1) desconstrução de conceitos pré-elaborados; 2) reconhecimento do sujeito social e seu contexto histórico e cultural; 3) sentido reparador e reivindicador da palavra dos excluídos; 4) compromisso com a mudança. Para essa pesquisa, escolhemos aplicar a perspectiva comunicacional que reconhece o sujeito social em seu contexto histórico e cultural nas narrativas jornalísticas. Desse modo, fizemos a análise de matérias (Herscovitz, 2010), tendo como unidade de registro o corpo do texto das publicações dos sites.

Analisamos seis textos jornalísticos publicados em dois veículos nacionais, um vinculado à imprensa comercial (*Folha de S.Paulo*) e outro à mídia alternativa (*Amazônia Real*), ambos divulgados em agosto de 2024. O tema central das reportagens é a seca na Amazônia<sup>6</sup>. O objetivo foi verificar a seleção de fontes e o tratamento dado a elas, comparando a participação e a contextualização do cenário da seca entre a imprensa comercial e a independente, com base na

---

<sup>5</sup> Não se trata do conceito vinculado à Teoria da “ação comunicativa” (TAC), de Jurgen Habermas (1987). Este é explicado pela abrangência das relações entre os seres humanos, visando a sua compreensão a partir da utilização de um modelo explicativo específico, que prioriza, para a compreensão do ser humano em sociedade, as ações de natureza comunicativa, ou seja, as ações referentes à intervenção no diálogo entre vários sujeitos em busca da construção de consensos. Sobre a TAC, ver Gutierrez e Almeida (2013).

<sup>6</sup> Em 2024, a Amazônia enfrentou uma das secas mais severas da história, cerca de 700 mil pessoas que moram às margens dos rios foram impactadas (G1, 2024). No estado do Amazonas, principal localidade atingida, três principais rios atingiram seus menores níveis: Rio Negro com 12,66 metros, Rio Solimões (famoso pelo encontro com o Rio Negro) chegou a 2,90 metros e o Rio Madeira alcançou 96 centímetros, segundo dados do Serviço Geológico do Brasil (SGB), divulgados pelo portal de notícias G1. Para agravar a situação, a Amazônia totalizou 4,6 milhões de hectares atingidos pelo fogo do dia 1º de janeiro a 31 de outubro de 2024, esse número representa um aumento de 51% de queimadas em comparação ao mesmo período em 2023 (Prizibisczki, 2024).

perspectiva comunicacional do *saber*

*ouvir*, conforme definida por Baspineiro (2014).

A seca é resultado não só de fatores naturais, como o El Niño e La Nina, mas do desmatamento desenfreado que altera o ciclo hidrológico da região, levando a uma diminuição das chuvas e ao aumento das temperaturas (Zogahib *et al.*, 2024). Ainda segundo os pesquisadores (2024), essas dinâmicas afetam a vida de comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas, dificultando o deslocamento, transporte de água, alimento e outros suprimentos essenciais, além de aumentar doenças nos territórios e prejudicar o sustento das famílias rurais pelo impacto na economia local, reduzindo a produção agrícola e a pesca.

A *Folha de S.Paulo*, fundada em 1921 sob o nome *Folha da Noite*, consolidou-se ao longo do tempo como um dos principais veículos de comunicação do Brasil, destacando-se por sua tradição, inovação e compromisso com a independência editorial. Desde a década de 1980, mantém-se entre os jornais de maior circulação no país, adotando uma linha editorial que enfatiza a pluralidade de opiniões e o jornalismo crítico. Sua trajetória é marcada por inovações no setor, como a introdução da impressão *offset* em cores (1967), a informatização da redação, sendo a primeira na América do Sul a utilizar terminais de computador (1983), e a implementação da função de *ombudsman* (1989), reforçando seu compromisso com a transparência e a qualidade da informação. Além disso, a publicação do *Manual da Redação* (1984) consolidou-se como uma referência para jornalistas e pesquisadores da área. Atualmente, a *Folha de S.Paulo* integra o Grupo Folha, que administra o portal *UOL*, o instituto *Datafolha* e a editora *Publifolha*, ampliando sua atuação no meio digital e mantendo uma extensa rede de correspondentes nacionais e internacionais.

No recorte desta pesquisa, analisamos quatro notícias da editoria "Meio Ambiente" estruturadas no formato de pirâmide invertida<sup>7</sup>, que reflete uma abordagem centrada na objetividade e na efemeridade da notícia, resultando, em sua maioria, em textos curtos e fragmentados, com baixa contextualização dos fatos. Esse modelo de produzir textos jornalísticos, inclusive, é objeto de crítica por Adelmo Genro Filho (1987), que o percebe como uma manifestação da visão hegemônica da sociedade e até mesmo como um instrumento da classe

---

<sup>7</sup> A técnica da pirâmide invertida destaca que as informações mais importantes, consideradas essenciais, devem vir no primeiro parágrafo da notícia sob a forma do *lead* (Genro Filho, 1987) respondendo às perguntas: Quem? Que? Quando? Onde? Por quê? Como?

dominante. Essa perspectiva levanta questionamentos sobre a (im)parcialidade do jornalismo informativo e da própria notícia. Em pesquisa, Antunes e Gatto (2024) apontam que as rotinas produtivas do jornalismo corporativo, ao priorizar a velocidade e a síntese informativa, frequentemente deixam lacunas interpretativas nos textos publicados. Observou-se, por exemplo, que a *Folha de S.Paulo* não publicou reportagens do fato, com estrutura narrativa e humanização do relato, de acordo com definição de Sodré e Ferrari (1986).

Em contraste, a *Amazônia Real* é um veículo de comunicação independente e investigativo, sediado em Manaus, cuja atuação se concentra na cobertura aprofundada da região amazônica e de seus povos. Desde sua fundação, a agência consolidou-se como uma referência no jornalismo investigativo brasileiro, reconhecida nacional e internacionalmente por seu compromisso com a transparência, a ética e a defesa dos direitos humanos. Seu modelo editorial distingue-se pela visibilidade conferida a temas frequentemente marginalizados pela grande mídia, incluindo questões ambientais, sociais e políticas, abordadas sob uma perspectiva crítica e contextualizada. Com uma equipe composta por mais de 40 profissionais distribuídos em diversos estados da Amazônia Legal e em outras regiões do Brasil, a *Amazônia Real* promove uma cobertura descentralizada, sensível às realidades locais e alinhada à democratização da informação. Dessa forma, sua atuação fortalece a comunicação alternativa, ampliando o alcance das vozes das comunidades tradicionais da Amazônia e contribuindo para um jornalismo mais plural e comprometido com a realidade socioambiental da região.

A *Amazônia Real* investe em reportagens aprofundadas, distanciando-se da lógica da notícia como mercadoria. Com um modelo editorial focado na qualidade e na contextualização dos fatos, suas publicações ocorrem, em média, a cada 15 dias, garantindo maior tempo para apuração. Por isso, durante o período de análise, foram produzidas somente duas reportagens, as quais foram analisadas. Além disso, seu compromisso com a independência financeira impede o financiamento de empresas envolvidas em crimes ambientais ou violações de direitos humanos, fortalecendo sua postura crítica e sua atuação voltada para a justiça socioambiental.

## 5. OS SUJEITOS SOCIAIS NO JORNALISMO COMERCIAL E INDEPENDENTE

A comparação entre as reportagens da *Folha de S.Paulo* e da *Amazônia Real* sobre a seca na Amazônia revela abordagens substancialmente distintas. Enquanto a imprensa comercial

mantém um distanciamento das populações afetadas, priorizando fontes institucionais e especialistas, a mídia independente valoriza a experiência direta e os saberes dos ribeirinhos e indígenas. A *Amazônia Real* insere as populações locais como protagonistas, promovendo uma cobertura mais humanizada e contextualizada, ao passo que a *Folha de S.Paulo* mantém uma abordagem centrada na autoridade institucional, reforçando o distanciamento das realidades amazônicas.

A distinção entre os veículos analisados manifesta-se significativamente na escolha e na hierarquização das fontes utilizadas para a construção da narrativa jornalística. Estudos sobre a cobertura ambiental na imprensa corporativa (Gomes, 2024; Sordi, 2023; Ornelas, 2022) indicam que veículos como a *Folha de S.Paulo* tendem a priorizar fontes oficiais e especializadas<sup>8</sup>, o que contribui para um enquadramento tecnicista e institucionalizado da crise ambiental. A literatura recente demonstra que, ao enfatizar informações provenientes de instituições governamentais, organismos internacionais e especialistas técnicos, os grandes veículos minimizam frequentemente a responsabilidade de empresas e do Estado na ocorrência de desastres socioambientais, reforçando a ideia de que esses eventos são fenômenos naturais ou fatalidades inevitáveis (Prado e Souza, 2022; Maia, 2020). Essa abordagem contribui para a despolitização da crise ambiental, enquadrando-a numa lógica quantitativa e gerencialista, que privilegia dados e previsões hidrológicas, mas ignora as vivências das comunidades afetadas (Souza, 2023).

A análise das reportagens corrobora essa tendência uma vez que, nos quatro textos do jornal, as fontes predominantes foram a Defesa Civil, o Serviço Geológico do Brasil (SGB) e o Instituto Mamirauá, além de uma matéria reproduzida pela agência *Reuters*. Todas as reportagens foram produzidas por jornalistas sediados no eixo Sul-Sudeste, contribuindo para um distanciamento em relação à realidade amazônica e aos sujeitos sociais diretamente impactados.

Esse distanciamento se torna evidente na reportagem “Pescador de 85 anos é resgatado no AM após canoa ficar atolada no rio Solimões”<sup>9</sup>, na qual a única fonte citada é o coordenador da Defesa Civil, Lucas Gomes. Embora a matéria trate de um evento que afetou um morador ribeirinho, o pescador resgatado e seus familiares não foram entrevistados, evidenciando a ausência de uma perspectiva local sobre o ocorrido. Essa abordagem reforça o que Costa (2022)

<sup>8</sup> Conforme a classificação de Aldo Schmitz (2011), as fontes oficiais são pessoas em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado. Já a fonte especialista trata-se de pessoa de notório saber específico (especialista, perito, intelectual) ou organização detentora de um conhecimento reconhecido.

<sup>9</sup> Leia em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/08/pescador-de-85-anos-e-resgatado-no-am-apos-canoa-ficar-atolada-no-rio-solimoes.shtml>.

descreve como um olhar colonial da grande imprensa sobre a Amazônia, em que as populações locais são reduzidas à condição de objeto da notícia, sem protagonismo discursivo. Essa prática não é um caso isolado: nas demais reportagens analisadas da *Folha de S.Paulo*, os impactos da seca são apresentados predominantemente por meio de estatísticas, previsões meteorológicas e análises científicas, sem estabelecer uma conexão direta com os sujeitos sociais afetados.

Por outro lado, veículos independentes e midiativistas, como a *Amazônia Real*, adotam um modelo de cobertura pautado na escuta ativa e no reconhecimento dos sujeitos sociais em seus contextos históricos e culturais (Duarte, 2023; Souza, 2022; Loose, 2021). Essas mídias promovem narrativas que enfatizam justiça ambiental e direitos humanos, ampliando a representatividade das populações amazônicas no debate público. Em contraste com as notícias fragmentadas da grande imprensa, o jornalismo independente investe na construção de reportagens aprofundadas, buscando compreender as relações de poder subjacentes à crise socioambiental e dar visibilidade às reivindicações dos povos tradicionais da região. Esse modelo editorial reforça a importância do jornalismo como agente de transformação social, contrapondo-se à tendência hegemônica de silenciamento das comunidades afetadas e de subordinação do discurso jornalístico aos interesses políticos e econômicos (Miguel e Souza, 2023; Loose e Belmonte, 2023).

As reportagens da *Amazônia Real* são produzidas por jornalistas sediados em Manaus e recorrem a uma diversidade de fontes locais, incluindo pescadores, indígenas, agricultores e ribeirinhos, além de especialistas que contextualizam as causas da seca num cenário mais amplo de mudanças climáticas e políticas ambientais. A matéria “Os isolados da seca na Amazônia: o drama de quem não tem água para beber”<sup>10</sup> exemplifica essa abordagem ao incluir tanto a perspectiva de cientistas, como Jochen Schongart, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), quanto os relatos de moradores impactados, como a indígena Maria Dione, do povo Apurinã, que denuncia: “*Os brancos estão acabando com a mata*”. Dessa forma, *Amazônia Real* não somente informa, mas também ressignifica a construção da notícia, permitindo que os próprios sujeitos afetados pela seca expressem suas percepções e demandas.

Outro aspecto relevante é o compromisso editorial da *Amazônia Real* com a independência

---

<sup>10</sup> Ler em: <https://amazoniareal.com.br/os-isolados-da-seca/>.

financeira. O veículo não aceita financiamento de empresas envolvidas em crimes ambientais ou violações de direitos humanos, o que lhe permite manter uma postura crítica em relação ao modelo econômico baseado na exploração da Amazônia. Essa autonomia estrutural diferencia a *Amazônia Real* da grande imprensa e reforça seu papel como um espaço de resistência na cobertura da crise socioambiental na região, ampliando a representatividade dos povos amazônicos no debate público.

As diferenças na abordagem dos dois veículos analisados também se manifestam na estrutura narrativa e no enquadramento da seca na Amazônia. A *Folha de S.Paulo* adota um tom alarmista, enfatizando a dimensão quantitativa do fenômeno por meio do uso recorrente de expressões como "*mínima histórica*", "*crise climática*" e "*isolamento das comunidades*". No entanto, esse enquadramento se concentra majoritariamente nos impactos ambientais, sem aprofundar as causas socioeconômicas e políticas do problema. Como apontado por Peruzzo (2024), essa estratégia é característica do jornalismo hegemônico que, embora informe sobre os eventos, frequentemente o faz sem provocar reflexões críticas no público. Corroborado também com o observado por Baspineiro (2014) que aponta a mídia comercial com práticas unidirecionais, individualizantes e de espetacularização da informação.

A estrutura narrativa empregada pela *Folha de S.Paulo* adota predominantemente o modelo da pirâmide invertida. Embora essa escolha seja frequentemente justificada pela busca por objetividade e imparcialidade, Moraes (2022) argumenta que tal prática, na realidade, corrobora a validação de discursos hegemônicos e contribui para a manutenção do *status quo*, ao converter diferenças em desigualdades. Além disso, é notável que o veículo prioriza a velocidade da informação em detrimento da construção de narrativas aprofundadas e da humanização dos relatos. A reportagem "Rio Solimões tem 65% de chance de ficar abaixo da mínima histórica, alerta governo"<sup>11</sup>, por exemplo, apresenta previsões hidrológicas detalhadas do Serviço Geológico do Brasil (SGB), mas não inclui depoimentos de moradores das áreas afetadas, evidenciando a ausência de uma perspectiva local sobre a crise. Da mesma forma, a matéria "Seca extrema faz rio Madeira atingir mínima histórica em quase 60 anos"<sup>12</sup> aborda os recordes de baixa dos rios e suas implicações econômicas sem considerar a realidade cotidiana dos ribeirinhos que dependem

<sup>11</sup> Leia em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/08/rio-solimoes-tem-65-de-chance-de-ficar-abaixo-da-minima-historica-alerta-governo-veja-previsoes.shtml>.

<sup>12</sup> Leia em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/08/seca-extrema-faz-rio-madeira-atingir-minima-historica-em-quase-60-anos.shtml>.

dessas águas para sua subsistência.

Por outro lado, a *Amazônia Real* constrói suas narrativas de forma mais aprofundada, conectando a crise hídrica às políticas ambientais e às lutas sociais das populações amazônicas. A escolha lexical da cobertura do veículo inclui termos como "*sobrevivência*", "*negligência*", "*assistência*" e "*adaptação*", demonstrando uma preocupação em contextualizar a seca nas relações de poder que estruturam a exploração da Amazônia. A reportagem "O pior agosto em 14 anos de queimadas e incêndios no Amazonas"<sup>13</sup> exemplifica essa abordagem ao associar diretamente a crise hídrica ao aumento das queimadas, revelando como os interesses econômicos intensificam a degradação ambiental e ampliam os impactos da estiagem sobre as comunidades locais.

A comparação entre os veículos evidencia que a *Amazônia Real* se alinha às perspectivas do Bem-Viver, uma vez que reconhece os sujeitos sociais dentro de seus contextos históricos e culturais. O veículo não somente reporta os fatos, mas interage com as comunidades afetadas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e legitimadas no discurso jornalístico. Essa abordagem configura uma prática de contracomunicação (Peruzzo, 2024), que rompe com a lógica da invisibilização midiática das populações e ressignifica como essas comunidades são representadas na esfera pública.

Em contrapartida, a *Folha de S. Paulo* mantém um modelo hegemônico de produção noticiosa, fundamentado na autoridade institucional das fontes e na dissociação entre a crise ambiental e suas raízes políticas e econômicas. A ausência de escuta ativa e de contextualização social reforça padrões coloniais na cobertura jornalística brasileira, nos quais a Amazônia é representada como um território de crise e devastação, mas sem protagonismo dos povos que nela habitam.

A análise das reportagens revela diferenças substanciais no reconhecimento dos sujeitos sociais e de seus contextos históricos e culturais. Enquanto a *Folha de S. Paulo*, representando o jornalismo corporativo, adota uma abordagem distanciada e centrada na autoridade institucional das fontes oficiais, excluindo as vozes amazônicas diretamente impactadas pela seca, a *Amazônia Real* insere as populações locais como protagonistas, promovendo uma cobertura mais humanizada e contextualizada. Dessa maneira, a denúncia das práticas exploratórias e de suas consequências sobre as populações amazônicas é um elemento central na cobertura da mídia

---

<sup>13</sup> Ler em: <https://amazoniareal.com.br/queimadas-amazonia-2024/>.

independente, que permanece ausente no jornalismo corporativo.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XXI impõe a necessidade de repensar as transformações econômicas, tecnológicas e comunicacionais que impactam profundamente a vida social e ambiental. No contexto da crise climática e dos desastres socioambientais, torna-se essencial buscar novasepistemologias que nos permitam compreender e interpretar essas mudanças de forma crítica e engajada. O jornalismo socioambiental, nesse sentido, deve ultrapassar a mera função de denúncia e assumir um papel mais ativo na construção de narrativas que questionem os modelos econômicos dominantes, evidenciem as responsabilidades institucionais e promovam a valorização dos saberes ancestrais e das lutas sociais.

Dessa forma, defendemos a proposta de um jornalismo orientado para o Bem-Viver que toma os saberes locais como eixo da produção da notícia, deslocando o foco das instituições para os sujeitos e substituindo uma abordagem economicista por uma perspectiva territorializada e sensível às múltiplas Amazôniaas. Ao tomarmos posicionamento por esse modelo de jornalismo entendemos que a escuta jornalística na região não pode ser neutra: trata-se de uma escolha ética e política, pois reconhecer as vozes historicamente silenciadas e os conflitos no território é condição para que o jornalismo contribua para a descolonização das narrativas e para a construção de alternativas comunicacionais ancoradas na justiça socioambiental.

Além de dar visibilidade às populações atingidas, o jornalismo deve colaborar para a construção de uma cultura de prevenção e autoproteção, conforme proposto por Loose (2024). A grande imprensa, ao tratar os desastres ambientais somente como eventos isolados e imediatos, muitas vezes desconsidera que esses fenômenos têm causas estruturais ligadas à degradação ambiental, ao avanço do extrativismo e às mudanças climáticas. Nesse sentido, é essencial que a cobertura midiática não somente informe sobre os impactos dos desastres, mas também contribua para fortalecer a resiliência das comunidades por meio de uma comunicação voltada à prevenção, inclusive, em articulação com redes de comunicação popular e midiativista. Como aponta a *Rede Wayuri* (2024), a comunicação popular tem um papel estratégico na formulação de alternativas ao modelo desenvolvimentista predatório e na reivindicação de direitos.

Conforme demonstramos nesta pesquisa, veículos alternativos, como a agência de notícias *Amazônia Real*, já vêm consolidando esse compromisso, ao passo que a imprensa comercial ainda

reproduz modelos hegemônicos que minimizam a participação das comunidades locais. No entanto, diante da crescente emergência climática e da intensificação dos desastres ambientais, torna-se imperativo que o jornalismo comercial amplie sua escuta e adote práticas que promovam um diálogo mais aberto e participativo com esses grupos. Ademais, promova uma reversão da pirâmide, conforme proposta por Genro Filho (1987), que busca priorizar o fenômeno em questão, compreendendo-o como resultado e causa de múltiplas interferências na dinâmica social.

Por fim, o jornalismo voltado ao Bem-Viver surge como um caminho para ressignificar as práticas comunicacionais, reconhecendo a diversidade cultural e o direito à informação como elementos fundamentais para a construção de sociedades ecologicamente responsáveis (Peruzzo e Volpato, 2019). Para tanto, é fundamental que os veículos de comunicação assumam um compromisso com a contextualização, a diversidade de vozes e a crítica aos modelos produtivos que agravam a crise ambiental. Pois, somente assim, será possível construir narrativas que inspiram ações concretas voltadas à preservação da Amazônia e ao reconhecimento dos direitos das populações tradicionais.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

ABREU, J. Rio Solimões tem 65% de chance de ficar abaixo da mínima histórica, alerta governo; veja previsões. **Folha de S. Paulo**, 23 ago. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/08/rio-solimoes-tem-65-de-chance-de-ficar-abaixo-da-minima-historica-alerta-governo-veja-previsoes.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2025.

ANTUNES, E.; GATTO, Y. A questão indígena e a inteligibilidade jornalística: permanências e mudanças na cobertura da Edição Folha de S. Paulo sobre o Acampamento Terra Livre 2021- 2022. **Intexto**, Porto Alegre, n. 56, 2024. DOI: 10.19132/1807-8583.56.133849. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/133849>. Acesso em: 27 fev. 2025.

BASPINEIRO. A. C. De la comunicación – Desarrollo a la comunicación para el Vivir bien. In: **Boletín Informativo Spondylus, da Universidad Andina Simón Bolívar**, Sede Ecuador. Quito, 2014.

BARRANQUERO-CARRETERO, A.; SÁEZ-BAEZA, C. Comunicación y buen vivir: La crítica descolonial y ecológica a la comunicación para el desarrollo y el cambio social. Madrid: Palabra Clave, 2014.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: ed. 34, 2010. 368 p.

BRANDÃO, D.O.; ARIEIRA, J.; NOBRE, C.A. Impactos das mudanças climáticas na sociobioeconomia da Amazônia. **Mudanças climáticas** • Estud. av., v. 38, n. 112, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.202438112.014>. Acesso em: 20 fev. 2025. BRASIL. MCTI. **Cemaden registra recorde de alertas e mais de 1,6 mil ocorrências de desastre no Brasil em 2024**, 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/cgcl/noticias/cemaden-registra-recorde-de-alertas-e-mais-de-1-6-mil-ocorrencias-de-desastre-no-brasil-em-2024> Acessado em: 13 fev. 2025.

BÚRIGO, A. Pescador de 85 anos é resgatado no AM após canoa ficar atolada no rio Solimões. **Folha de S. Paulo**, 1º ago. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/08/pescador-de-85-anos-e-resgatado-no-am-apos-canoa-ficar-atolada-no-rio-solimoes.shtml>. Acesso em: 20 fev. 2025.

CARVALHO, D. W.de; DAMACENA, F. D. L. **Direito dos desastres**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

CARVALHO, C. A. de. O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo. In: **Anais do XIV Congresso de Comunicação da região Sudeste**, 7 a 9 de maio de 2009, Rio de Janeiro [recurso eletrônico]: comunicação, educação e cultura na era digital/ organizado por Nélia Rodrigues Del Bianco, Maria do Carmo Silva Barbosa e Ivana Bentes. [realização Intercom e Universidade Federal do Rio de Janeiro] – São Paulo, Intercom, 2009, p. 1-13. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2009/resumos/r14-0206-1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CASTRO, E. R. de. Neoextractivismo en la minería, prácticas coloniales y lugares de resistencia en Amazonia, Brasil. **Perfiles Económicos**, Santiago, n. 5, p. 35–76, jul. 2018. Disponível em: <https://revistas.userena.cl/index.php/perfiles/article/view/1225>. Acesso em: 15 maio 2025.

COSTA, V. M. T. **À sombra da floresta**: a Amazônia no jornalismo de televisão, 1 ed., Belém (PA): Paka-Tatu, 2022.

VAN DIJK, J. **The culture of connectivity**: a critical history of social media. New York: Oxford University Press, 2013.

DUARTE, G. S. M. Inovação social nos veículos jornalísticos independentes: um olhar para as narrativas sobre povos indígenas na Amazônia. 2023. **Dissertação de Mestrado** — Programa de Pós- Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém, 2023.

GAMA, G. Brasil bate recorde de alertas de desastres naturais em 2024. **Portal CNN Brasil**, 10 jan. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-bate-recorde-de-alertas-de-desastres-naturais-em-2024/>  
#:~:text=Em%202024%2C%20foram%20registrados%201.690,geol%C3%B3gico%2C%20como%20deslizamentos%20de%20terra. Acesso em: 25 fev. 2025.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987. 230 p.

GOMES, K. V. S. D. Mudanças climáticas: uma análise da cobertura jornalística na América Latina.

**Dissertação de Mestrado** — Universidade de São Paulo, São Paulo: 2024.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**, 2ª edição, Manaus: Editora Valer, 340 p., 2007. GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M.A.B. Teoria da Ação Comunicativa (Habermas): estrutura, fundamentos e implicações do modelo. **Veritas**, v. 58, n. 1, jan./abr. 2013, p. 151-173. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/viewFile/8691/9031>. Acesso em: 16 fev. 2025.

GUDYNAS, E. Bem-Viver: Germinando alternativas ao desenvolvimento. 2011. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/orghorizontal/wp-content/uploads/2022/10/bem-viver\\_gudynas-2011.pdf](https://www.ufrgs.br/orghorizontal/wp-content/uploads/2022/10/bem-viver_gudynas-2011.pdf). Acesso em: 25 fev. 2025.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia.

**Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

KRENAK, A. **Caminhos para a cultura do Bem-viver**. Organização Bruno Maia. Edição: Equipe Sustentabilidade da Escola Parque: 2020.

LOOSE, E. B. Jornalismo e mudanças climáticas desde o sul: os vínculos do jornalismo não hegemônico com a colonialidade. 2021. **Tese de Doutorado** — Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/220347>. Acesso em: 25 fev. 2025.

LOOSE, E. B., BELMONTE, R. V. **ACTIVISM IN ENVIRONMENTAL JOURNALISM: how four key moments have helped shape an engagement practice in Brazil**. *Brazilian Journalism Research*, v. 19, n. 3, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v19n3.2023.1594>. Acesso em: 20 fev. 2025.

LOOSE, E. B. Em 2025, coberturas de desastres climáticos vão exigir novos jornalismo. **Farol Jornalismo**, 10 dez. 2024. Disponível em: <https://faroljornalismo.substack.com/p/em-2025-coberturas-de-desastres-climaticos>.

Acesso em: 25 fev. 2025.

LIMA, L. Os isolados da seca na Amazônia: o drama de quem não tem água para beber. **Amazônia Real**, 23 ago. 2024. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/os-isolados-da-seca/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

LIMA, W. O pior agosto em 14 anos de queimadas e incêndios no Amazonas. **Amazônia Real**, 6 set. 2024. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/queimadas-amazonia-2024/>. Acesso em: 11 jan. 2025.

LOUREIRO, V. **Amazônia**: colônia do Brasil. Manaus: Editora Valer, 2022

MAIA, M. R. O uso crítico da memória nas narrativas jornalísticas sobre o rompimento da barragem da Vale. **Revista FAMECOS**, v. 27, p. e34278, 16 jul. 2020.

MIGUEL, K. SOUZA, A. F. de. Jornalismo midiativista ambiental: contribuições de uma análise de cobertura jornalística da Amazônia Real. **Brazilian journalism research**, v. 19, n. 3, 2023.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre [RS]: Arquipélago, 2022. ORNELAS, E. B. A visibilidade midiática da Vale em tempos de destruição socioambiental. 2022. **Tese de Doutorado** — Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

PERUZZO, C. M. K. VOLPATO, M. O. Comunicação para o desenvolvimento: aspectos teóricos desde a modernização ao “Buen Vivir”. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. G&DR. V. 15, N. 4, Edição Especial, P. 11-26, jul/2019. Taubaté, SP, Brasil.

PERUZZO, C. M. K. **Fundamentos teóricos da comunicação popular, comunitária e alternativa** [recurso eletrônico]. Vitória, ES: Edufes, 2024. 266 p.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazonia, Amazonias**. São Paulo: Contexto, 2012.

PONTES, F. S. Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo: 30 Anos de “O Segredo da Pirâmide”. **Pesquisa em jornalismo brasileiro**, v. 1, pág. 154–181, 2017. DOI: 10.25200/BJR.v13n1.2017.960. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/960>. Acesso em: 23 maio 2025.

PRADO, A. L. SOUZA, K. S. DE. Desastre Ambiental na Amazônia: a cobertura da imprensa paraense sobre o “Caso Hydro”. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, v. 9, n. 1, p. 80–99, 2022.

PRIZIBISCZKI, C. Quase 5 milhões de hectares de floresta na Amazônia já foram queimados em 2024. **O Eco**, 5 nov. 2024. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/quase-5-milhoes-de-hectares-de-floresta-na-amazonia-ja-foram-queimados-em-2024/>. Acesso em: 21 mar. 2025.

QUASE 770 mil pessoas são afetadas pela seca histórica que atinge o Amazonas, diz Defesa Civil.

**Portal G1**, 4 out. 2024. Disponível em:

<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2024/10/04/quase-770-mil-pessoas-sao-afetadas-pela-seca-historica-que-atinge-o-amazonas-diz-defesa-civil.ghtml>. Acesso em: 10 mar. 2025.

RAMONET, I. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: MORAES, Dênis de. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013. p. 40-53.

REDE WAYURI. Comunicação indígena será decisiva para enfrentar mudanças climáticas em 2025, **Farol Jornalismo**, 10 dez. 2024. Acesso em: <https://faroljornalismo.substack.com/p/comunicacao-indigena-sera-decisiva>. Disponível em: 25 fev. 2025.

SERRAGLIO, D. A. FERREIRA, H. S. Resenha: “A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade”, de Ulrich Beck. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 9, n. 3, p. 455-467, set./dez. 2018.

SODRÉ, M. FERRARI, M. H. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SORDI, J. O. Amazônia Deslocada: Enquadramentos discursivos dos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de São Paulo sobre o desmonte da política ambiental no Governo Bolsonaro. 2023. **Tese de Doutorado** — Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. SOUZA, A. F. DE. Processos midiativistas de Jornalismo Ambiental: análise de cobertura jornalística da Amazônia Real. 2022. **Dissertação de Mestrado** — Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.

SOUZA, E. A. Risco é notícia? A relevância jornalística dos riscos nos grandes desastres da mineração brasileira. 2023. **Tese de Doutorado** — Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, 2023.

SOUZA, A. Seca extrema faz rio Madeira atingir mínima histórica em quase 60 anos. **Folha de S. Paulo**, 6 ago. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/08/rio-solimoes-tem-65-de-chance-de-ficar-abaixo-da-minima-historica-alerta-governo-veja-previsooes.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SCHMITZ, A. A. **Fontes de notícias**: ações e estratégicas das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

STEINBRENNER, R. A.; ESTEVES, L.

C.; SANTOS, E.; MELO, P. V. C. Comunicación y resistencia frente a conflictos socioambientales en la Amazonia paraense. **Sphera Pública**, [s. l.], v. 1, n. 21, p. 159-184, jul. 2021. Disponível em: <https://sphera.ucam.edu/index.php/sphera-01/article/view/424>. Acesso em: 20 fev. 2025.

STEINBRENNER, R. A.; GUERREIRO NETO, G.; LOUREIRO DE BRAGANÇA, P.; RAMOS DE CASTRO, E. M. Desastre da mineração em Barcarena, Pará e cobertura midiática: diferenças de duração e direcionamentos de escuta. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, [S. l.], v. 14, n. 2, 2020. DOI: 10.29397/reciis.v14i2.2063. Disponível em: <https://www.reciiis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2063>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoxativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

VANHULST, J. BELING, A. E. “Buen Vivir: emergent discourse within or beyond sustainable development”. **Elsevier**, *Ecological Economics*, 2014. Disponível em: <https://bpb-us-e1.wpmucdn.com/sites.ucsc.edu/dist/0/196/files/2015/10/Vanhulst-Beling-Buen-Vivir.pdf?bid=196>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ZOGAHIB, A. L. N.; SIMAS, D. C. de S.; NORTE FILHO, A. F. do.; NORTE, N. N. B. de O.; SALES, R. A. C. de.; LIMA, J. S. de.; BRAGA, M. A. P. de L. Climate changes and its impacts on cities: case study of characteristics of the drought in the State of Amazonas, Brazil. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 13, n. 9, p. e9913946940, 2024. DOI: 10.33448/rsd-v13i9.46940. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/46940>. Acesso em: 20 fev. 2025.

***Rosane Steinbrenner***

Professora efetiva (Associada II) da Faculdade de Comunicação (FACOM) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Cultural e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará. Possui especialização em Gestão Pública, Planejamento e Meio Ambiente (2004), mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (2006), doutorado em Ciências - Desenvolvimento Socioambiental (2011) pelo Programa de Pós-graduação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFGA) e pós-doutorado (2018) pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA - UFGA). Estuda a relação entre comunicação, sociedade e natureza, numa perspectiva pós-colonial/decolonial, em diálogo com a Ecologia Política, a partir da reflexão e análise da resistência comunicativa por grupos e organizações sociais historicamente vulnerabilizados frente ao modelo capitalista e neoxtrativo de desenvolvimento. Coordena o Grupo de Pesquisa (certificado no Diretório do CNPq) “Conflitos Socioambientais, Comunicação e Resistências”.

***Laiza Mangas***

Doutoranda em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFGA), com bolsa Capes, e estuda a relação entre jornalismo, meio ambiente e sociedade a partir do binômio ensino e prática. É mestre pela mesma instituição e integra os grupos de pesquisa Comunicação e Resistência (UFGA/CNPq) e Preservação (UFGA e UFRN/CNPq).

***Pedro Bragança***

Doutorando em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFGA), com pesquisa sobre mídia e territórios amazônicos. É mestre pelo NAEA/UFGA e integra grupos de pesquisa voltados às relações entre comunicação, meio ambiente e sociedade.



Esta obra está licenciada com uma Licença  
Creative Commons Atribuição-Não-Comercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional